

**ATA NÚMERO 180/XII/3ª SL**

**26.fevereiro.2014 – 10h00**

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 10, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de atas**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Audição ao Doutor João Caraça, sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar - por videoconferência - 10h00**

**5. Audiência à Organização dos Trabalhadores Científicos - OTC - 11h00**

**6. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Avaliação ex post das Capitais Europeias da Cultura 2012 (Guimarães e Maribor) COM (2014) 10.**

- **Apresentação e votação do Parecer**
- **Autor do parecer:** Isidro Araújo - PSD

**7. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório sobre os progressos alcançados na garantia da qualidade do ensino superior COM (2014) 29.**

- **Apresentação e votação do Parecer**
- **Autor do parecer:** Pedro Delgado Alves - PS

**8. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a execução da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009, sobre a criação de um Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais COM (2014) 30.**

- **Apresentação e votação do Parecer**
- **Autor do parecer:** Duarte Marques - PSD

**9. Projeto de Lei n.º 513/XII (BE), Determina a inventariação e classificação do espólio de bens culturais da Parvalorem, da Parups e outros ativos incluídos no perímetro da nacionalização do BPN.**

- **Apresentação pelo autor da iniciativa (BE)**

**10. Proposta do Grupo Parlamentar do PS, de visita ao Instituto de Odivelas (IO) e ao Colégio Militar (CM), em conjunto com a Comissão de Defesa Nacional, para avaliar e acompanhar a integração do IO no CM neste 1º ano letivo em que ocorreu esta fusão.**

- **Apreciação e votação**

**11. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP**, que requer a audição do Ministro da Educação e Ciência, para que sejam prestados esclarecimentos sobre a reforma da rede do ensino superior.

- **Apreciação e votação**

**12. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS**, para audição do Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Doutor Miguel Seabra) sobre a atribuição de bolsas de investigação.

- **Apreciação e votação**

**13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS**, para audição do Coordenador do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Doutor António Coutinho) sobre a condução dos concursos da FCT e o plano estratégico para a ciência e investigação em Portugal.

- **Apreciação e votação**

**14. Redação Final do** Texto de substituição dos projetos de deliberação n.os 19/XII (PS) – Solicitação de parecer a ser elaborado pelo Conselho Nacional de Educação sobre a aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, e, mais concretamente, sobre a utilização do método de Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e saúde como base para a elaboração do programa educativo individual e 20/XII (PSD e CDS-PP) – Solicitação de uma recomendação ao Conselho Nacional de Educação sobre políticas públicas de educação especial.

- **Apreciação**

**15. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** sobre a execução do Plano de Trabalho da União Europeia para o Desporto (2011-2014) COM(2014)22.

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer: CDS-PP**
- Apresentação do Parecer na reunião de 18 de março de 2014

**16. Outros Assuntos**

**17. Data da próxima reunião**

**Dia 4 de março de 2014 - 15h00**

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

Na ausência do Presidente da Comissão, presidiu à reunião a Vice-Presidente, Deputada Nilza de Sena. Iniciada a reunião, questionou se poderia incluir-se na ordem do dia a redação final do Projeto de Resolução 938/XII, Recomenda ao Governo medidas de proteção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós, entretanto recebida da DAPLEN e distribuída a todos os deputados, tendo havido consenso.

Com esta alteração, a ordem do dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e BE, registando-se a ausência dos Deputados do CDS-PP, PCP e PEV.

## **2. Aprovação de atas**

As atas n.ºs 178/XII e 179/XII, relativas às reuniões de 19 de fevereiro, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e BE, registando-se a ausência dos Deputados do CDS-PP, PCP e PEV.

## **3. Comunicações do Presidente**

**3.1.** A Presidente informou que se encontram agendadas as sessões distritais/regionais do programa Parlamento dos Jovens, que decorrerão de 10 de março a 1 de abril, sempre às segundas e terças-feiras e que o Grupo de Trabalho procederá à distribuição das mesmas.

**3.2.** Referiu a distribuição de uma proposta do Grupo de Trabalho do Desporto respeitante à realização de uma exposição sobre Canoagem - "Desporto/Autarquias/Economia", a realizar de 26 de março a 9 de abril de 2014, na sala dos Passos Perdidos, não se tendo registado nenhuma intervenção.

**3.3.** Na sequência dos requerimentos apresentados oralmente pelos Deputados Catarina Martins (BE) e Pedro Delgado Alves (PS), na audição do Presidente da PARVALOREM, no sentido de se solicitar ao mesmo vária documentação, vai consensualizado que a Comissão pedirá os documentos em causa.

**3.4.** A Presidente informou que está agendado para o dia 6 de março, pelas 14h00, no auditório do Novo Edifício, um encontro da Comissão com um grupo de 100 alunos da Escola Secundária Pedro Nunes, de Lisboa (grupo que fará ainda uma visita ao palácio e assistirá à sessão plenária), da faixa etária dos 15-17 anos, que frequentam o 10.º ano.

O objetivo do encontro é estabelecer contacto com os valores ético-políticos e é solicitado que os deputados membros desta Comissão possam responder a algumas perguntas dos alunos e falem sobre o trabalho parlamentar.

Disponibilizaram-se para estarem presentes os Deputados Rita Rato (PCP) e Rui Pedro Duarte (PS) e a Deputada Isilda Aguincha (PSD) indicará posteriormente um Deputado do PSD.

**3.5.** Tendo sido lembrado o calendário para apreciação na especialidade da PPL 192/XII, Alteração da Lei do Cinema, foi consensualizada uma alteração, tendo o mesmo passado a ser o seguinte:

- ✓ Apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares - Até ao final do dia 4 de março
- ✓ Distribuição imediata das propostas de alteração

- ✓ Distribuição do mapa comparativo das propostas – Até ao final do dia 5 de março
- ✓ Discussão e votação das propostas de alteração e da PPL - Reunião da Comissão de 11 de março

#### **4. Audição ao Doutor João Caraça, sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar - por videoconferência - 10h00**

A Presidente agradeceu a disponibilidade do Professor Doutor João Caraça para a audição (ouvido em videoconferência) e fez o enquadramento da mesma.

O Professor referiu as 3 hipóteses de realização de avaliação tecnológica parlamentar (com um gabinete autónomo na Assembleia da República, com um gabinete na Comissão de Educação, Ciência e Cultura ou com uma unidade independente exterior ao Parlamento) e salientou que a atividade de avaliação precisa de legitimidade, competência e autoridade.

Assim e tendo presente a necessidade de autoridade, defendeu que privilegia o modelo de criação de uma unidade autónoma no Parlamento, na dependência da respetiva presidência. Salientou que a decisão de 1989 correspondia a este modelo, o qual, no caso de uma polémica sobre a matéria, pode assegurar que a decisão subsequente chegue ao fim.

Em relação à hipótese de existência de um gabinete na Comissão, defendeu que é uma solução mais fraca, dado que variadas matérias a tratar nesse âmbito não se integrarão na área de competências da mesma (tendo dado como exemplos matérias da área da saúde e do ambiente), mas de outras Comissões.

Quanto ao modelo de uma entidade independente exterior, considerou-a uma solução ainda mais fraca e sem independência, por não ter ligação a uma autoridade democrática indiscutível.

A deputada Isilda Aguincha (PSD) referiu que a Assembleia da República tem muito trabalho na área das tecnologias e pretende a existência de decisões informadas e suportadas. Fez depois referência aos antecedentes nesta matéria, a saber, a [Resolução n.º 60/2009, Aprofundamento das atividades da Assembleia da República nas áreas da ciência e tecnologia](#) e o Relator da temática de avaliação tecnológica parlamentar e referiu que na sequência dos trabalhos desenvolvidos por este se chegou à proposta de constituição de uma unidade não comportável atualmente, em termos de custos.

Indicou, depois, que estão ser equacionados outras opções e um primeiro caminho para a colaboração com os investigadores, nomeadamente, a hipótese de uma plataforma com os mesmos, que pudesse gerar um apoio e uma interação com a Assembleia da República nas áreas necessárias. Salientou que é uma solução não desejável, mas eventualmente um primeiro caminho, uma solução mais leve para a avaliação tecnológica parlamentar e para uma posterior evolução para outra solução.

Assim, pediu a opinião do Professor sobre a matéria.

O Deputado Rui Duarte (PS) realçou a necessidade de desenvolvimento do processo de avaliação tecnológica e referenciou um modelo de cidadania mais informada e a transversalidade da matéria. Informou que o modelo previsto na Resolução é o ideal e que está a ser dado o primeiro passo, atentas as circunstâncias atuais de contenção.

Realçou a criação de uma plataforma institucional que ligue a Assembleia da República à comunidade científica e também à EPTA, European Parliamentary Technology Assessment e

pediu ao Professor que se pronunciasse sobre a hipótese de se dar o primeiro passo nesse sentido, para se ligar a decisão política à comunidade científica.

O Deputado Luís Fazenda (BE) reiterou as contingências inerentes à criação de um gabinete e pediu ao Professor para se pronunciar sobre a hipótese de se alojar na Assembleia da República uma biblioteca digital com informação científica, para ligação a essa área e informação da decisão política.

O Professor João Caraça realçou a grande relevância da avaliação tecnológica, referiu que se percebe que neste momento haja apenas um primeiro passo e reiterou que a solução ideal é a existência de um gabinete prestigiado na Assembleia da República, com ligação às redes de tecnologia, que produza relatórios e documentos para informarem a ação política. Manifestou, depois, receio de que o 1.º passo ponha em causa a solução final e ideal e referiu que neste momento, face aos condicionalismos referidos, a solução mais adequada é a colocação na Comissão.

Referiu, a título de exemplo, os resíduos industriais perigosos sem medição e avaliação dos perigos e custos e reiterou que a avaliação respeita a várias áreas, nomeadamente, da defesa e do ambiente.

Realçou que para além da plataforma/portal deverá haver um grupo de pessoas que faça a leitura inteligente desses documentos e possa traduzi-los em documentos lidos pela Comissão, para conduzirem a legislação e a iniciativas.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

## **5. Audiência à Organização dos Trabalhadores Científicos - OTC - 11h00**

A Sra. Presidente da Comissão apresentou as boas-vindas aos representantes da Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC) - Doutor Engenheiro Frederico Gama Carvalho (Presidente da Direção), Engenheira Carla Maria Matos Nóbrega (Secretária da Direção) e Doutor António Pedro Alves de Matos (Vogal da Direção) – a quem deu a palavra.

O Sr. Presidente da Direção fez uma breve intervenção, em que abordou a organização da OCT, a situação do sistema nacional de ciência e tecnologia, os objetivos de trabalho e os meios para os atingir e ainda os recentes concursos para bolsas ou contratos temporários de investigação. Esta comunicação pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) cumprimentou os representantes da OCT e colocou algumas questões, nomeadamente sobre as alterações em curso e sobre os seus impactos, sobre a eventual necessidade de apuramento aprofundado da missão dos Laboratórios do Estado e sobre as consequências resultantes das recentes mudanças no sistema científico e tecnológico, nomeadamente no que se refere à gestão dos fundos públicos.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) saudou os auditores e colocou também algumas questões sobre a composição da OTC, sobre se a investigação aplicada tem sido descurada em favor da investigação de base, sobre se tem existido falta de orientação política em relação às prioridades dos laboratórios ou se deverá existir maior interferência ao nível desta priorização, sobre se os instrumentos de política de ciência devem ser adaptados à nova realidade, e ainda sobre se a prioridade devem ser as bolsas ou o orçamento deve ser destinado também ao reforço dos centros de investigação e projetos.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) referiu-se aos problemas que têm sido apontados nas audições efetuadas pela Comissão, nomeadamente no que se refere ao subfinanciamento, à incapacidade de renovação do corpo científico, à dificuldade de cumprimento da missão e

objetivos dos Laboratórios do Estado e à necessidade de combater a precariedade laboral. Perguntou ainda se a OTC foi consultada relativamente ao processo de reestruturação da carreira de investigação científica anunciada pela Secretária de Estado da Ciência e quis saber qual a sua posição em relação a esta matéria e em relação à mudança de paradigma do sistema científico anunciada pelo Governo.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) fez alusão ao acompanhamento que a Comissão tem efetuado em relação aos Laboratórios do Estado, sublinhando que as questões que apresentam não são, por isso, novas. Lembrou o carácter eclético do funcionamento dos Laboratórios, por dependerem de várias tutelas e quis saber se, para além da investigação aplicada e do serviço público, existe espaço para investigação própria dos Laboratórios, sem estarem dependentes da tutela. Referiu-se ainda ao número reduzido de técnicos no sistema científico e tecnológico e bem assim a outros rácios, como sejam o que respeita ao número de investigadores e à produtividade, sendo que neste último, Portugal tem muito a melhorar.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) fez alusão à posição pública da OTC sobre o desinvestimento no sistema científico referiu-se à importância dos alertas, tendo em conta que o sistema científico está a ser alvo de uma estratégia de dismantelamento. A este respeito, mencionou os cortes registados de 2010 a 2014, nesta área, na ordem dos 82 milhões de euros, a redução de financiamento dos Laboratórios do Estado e do Instituto de Investigação Científica Tropical, sem que haja, neste caso, salvaguarda dos postos de trabalho. Concluiu, sublinhando que o momento atual revela as debilidades de um sistema assente em bolsas e projetos, que conduz ao desemprego e ao agravamento da exploração e de empobrecimento de estruturas produtivas do nosso país.

Respondendo às questões, os representantes da OTC afirmaram que os países da União Europeia investem 260.000 milhões de euros em I&D, sendo que o programa Horizonte 2020 prevê apenas 70.000 milhões de euros, o que corresponde a apenas uma pequena contribuição, sendo que a distribuição será efetuada de forma competitiva. Consideraram o Estatuto da Carreira de Investigação como um instrumento adequado, pelo que entendem que deve manter-se.

Pronunciaram-se ainda em relação à mudança de paradigma, lembrando que um número muito elevado dos que viram a bolsa rejeitada já se encontrava no sistema, pelo que entendem que se trata de um despedimento coletivo.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

**6. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Avaliação ex post das Capitais Europeias da Cultura 2012 (Guimarães e Maribor) COM (2014) 10.**

Apresentado o parecer pelo seu autor, Deputado Isidro Araújo (PSD), foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e BE, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e do PEV.

**7. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório sobre os progressos alcançados na garantia da qualidade do ensino superior COM (2014) 29.**

Na sequência do pedido do Deputado Acácio Pinto (PS), este ponto foi adiado para a reunião seguinte.

**8. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO** sobre a execução da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009, sobre a criação de um Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais **COM (2014) 30**.

Apresentado o parecer pelo seu autor, Deputado Duarte Marques (PSD), interveio o Deputado Agostinho Santa (PS), referindo que em Portugal há um *deficit* de avaliação externa dos projetos e realçando a necessidade de articulação entre o Ministério da Educação e Ciência e o Instituto do Emprego e Formação Profissional.

O parecer foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, PS, CDS-PP e BE e o voto contra da Deputada do PCP (que apresentará uma declaração de voto), registando-se a ausência da Deputada do PEV.

**9. Projeto de Lei n.º 513/XII (BE)**, Determina a inventariação e classificação do espólio de bens culturais da Parvalorem, da Parups e outros ativos incluídos no perímetro da nacionalização do BPN.

O Deputado Luís Fazenda (BE) prescindiu da apresentação da iniciativa e não se verificou nenhuma outra intervenção.

**10. Proposta do Grupo Parlamentar do PS, de visita ao Instituto de Odivelas (IO) e ao Colégio Militar (CM)**, em conjunto com a Comissão de Defesa Nacional, para avaliar e acompanhar a integração do IO no CM neste 1º ano letivo em que ocorreu esta fusão.

Os Deputados Amadeu Albergaria (PSD) e Michael Seufert (CDS-PP) indicaram que a matéria é da área da Comissão de Defesa, que é a competente e ainda não se pronunciou.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que não se opõe à visita e mencionou que a Comissão de Defesa já fez uma visita anterior àqueles estabelecimentos e convidou a Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Nesta sequência, foi consensualizado suspender a votação desta matéria, até haver decisão da Comissão de Defesa.

**11. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP**, que requer a audição do Ministro da Educação e Ciência, para que sejam prestados esclarecimentos sobre a reforma da rede do ensino superior.

A Deputada Rita Rato (PCP) justificou o requerimento, referindo, em síntese, a importância da antecipação desta discussão em relação à audição regimental e salientando que a decisão já foi aprovada pelo Conselho de Ministros e não há conhecimento do seu conteúdo.

A Deputada Elza Pais (PS) manifestou apoio ao requerimento, atenta a pertinência da matéria.

Os Deputados Amadeu Albergaria (PSD) e Michael Seufert (CDS-PP) defenderam a falta de oportunidade da audição requerida, porquanto o Ministro da Educação e Ciência será ouvido na Comissão em 4 de fevereiro, no âmbito duma audição regimental e poderá esclarecer todas as questões. Indicaram ainda que há visões diferentes das entidades e que há debate no terreno com as mesmas.

Na sequência deste debate, a Deputada Rita Rato (PCP) apresentou um requerimento oral, solicitando que a grelha de tempos da audição do Ministro tivesse uma ronda extra para esta matéria.

Os Deputados Michael Seufert (CDS-PP) e Amadeu Albergaria (PSD) manifestaram-se contra a alteração da grelha da audição e defenderam a estabilidade das grelhas anteriormente ajustadas para as audições regimentais.

Os requerimentos do PCP (o escrito e aquele que foi apresentado oralmente) foram rejeitados com os votos contra dos Deputados do PSD e do CDS-PP e os votos a favor dos Deputados do PS, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

**12. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Doutor Miguel Seabra) sobre a atribuição de bolsas de investigação.**

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) apresentou o requerimento, sublinhando a necessidade de se perceber, de uma forma clara, a razão da decisão.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) considerou não se justificar a audição, visto que o Presidente da FCT foi ouvido recentemente na Comissão e que a audição do Ministro da Educação e Ciência se encontra agendada para a semana seguinte, tendo nessas altura oportunidade de prestar esclarecimentos sobre esta matéria. Lembrou ainda que o Ministro já tinha anunciado que iria haver reforço de verbas e de bolsas.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que esta questão já se encontra encerrada, pelos sucessivos esclarecimentos que têm sido prestados, lembrando que o Ministro da Educação e Ciência já tinha feito referência à libertação de verbas e que muito em breve terá oportunidade de responder a estas questões na Comissão.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) anunciou o voto favorável ao requerimento.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) considerou que a questão não está devidamente esclarecida, referindo que a Secretária de Estado da Ciência anunciou não existirem verbas para a atribuir mais bolsas, pelo que importa conhecer as razões do recuo.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos favoráveis do PS e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

**13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Coordenador do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Doutor António Coutinho) sobre a condução dos concursos da FCT e o plano estratégico para a ciência e investigação em Portugal.**

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) apresentou o requerimento.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) afirmou que esta questão já foi cabalmente esclarecida, tendo o CNCT divulgado não ter existido qualquer tipo de pressões por parte do Governo. Considerou ainda que o PS deveria apresentar propostas credíveis para esta área.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) anunciou o voto favorável ao requerimento, no quadro das audições em curso, considerando que seria importante ouvir o CNCT, que nunca esteve na Comissão, para prestar esclarecimento sobre o que, de facto, se passou.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) reafirmou a importância de se perceber se houve pressão, mas sublinhou a importância conhecer a implicação da comunidade científica no processo de mudança.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos favoráveis do PS e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

**14. Redação Final do** Texto de substituição dos projetos de deliberação n.os 19/XII (PS) – Solicitação de parecer a ser elaborado pelo Conselho Nacional de Educação sobre a aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, e, mais concretamente, sobre a utilização do método de Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e saúde como base para a elaboração do programa educativo individual e 20/XII (PSD e CDS-PP) – Solicitação de uma recomendação ao Conselho Nacional de Educação sobre políticas públicas de educação especial.

Foi apreciada a redação final, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

**15. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** sobre a execução do Plano de Trabalho da União Europeia para o Desporto (2011-2014) **COM(2014)22.**

A Comissão deliberou não efetuar escrutínio em relação a esta iniciativa.

**16. Redação final** do Projeto de Resolução 938/XII, Recomenda ao Governo medidas de proteção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós.

Foi apreciada a redação final, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

#### **17. Outros Assuntos**

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) pediu a palavra para transmitir à Mesa o sentido de voto do PCP relativamente ao ponto 6 da Ordem do Dia, já votado, por se encontrar numa outra reunião no momento da votação deste ponto. Comunicou a abstenção do PCP, anunciando a entrega posteriormente de uma declaração de voto por escrito.

A Sra. Presidente considerou que esta indicação de sentido de voto era extemporânea, dado que a votação deste ponto se encontrava já encerrada.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) referiu que sempre existiu abertura e condescendência da Mesa relativamente aos grupos parlamentares mais pequenos, que se veem impossibilitados de estarem em várias reuniões em simultâneo e lamentou o precedente. Considerou ainda que a questão da participação dos Deputados em várias comissões deverá ser colocada em Conferência de Líderes.

A Sra. Presidente referiu que a Sra. Deputada Rita Rato (PCP) deveria ter feito um esforço para estar na reunião a tempo da votação daquele ponto.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que a questão que deve ser abordada na Conferência de Líderes é a possibilidade de os Deputados poderem indicar o sentido de voto, depois de encerrada a votação. Afirmou ainda que a Sra. Deputada Rita Rato (PCP) poderia ter dado conhecimento prévio à Mesa, entendendo não ser razoável que o faça no final.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) afirmou que esta Comissão tem sido flexível no que se refere à alteração da Ordem do Dia, no respeito pelos Grupos Parlamentares mais pequenos, mas considerou que a indicação do sentido de voto depois de concluído o período de votação suscita dúvidas.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) afirmou que foi por respeito ao relator ali presente que decidiu comunicar o sentido de voto e a intenção de proceder à entrega de uma declaração de voto sobre esta iniciativa. Afirmou ainda que vai solicitar que seja apreciada, numa reunião da Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares, a questão da aceitação ou não desta votação, por existirem entendimentos diferentes entre Comissões. Realçou, por último, que se registou alteração da Ordem do Dia da reunião, estando a apreciação deste ponto prevista para uma hora mais tardia.

#### **18. Data da próxima reunião**

**Dia 4 de março de 2014 - 15h00**

A reunião foi encerrada às 12:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de fevereiro de 2014

**O PRESIDENTE**

**(Abel Baptista)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Isidro Araújo  
Isilda Aguincha  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Rita Rato  
Rui Pedro Duarte  
Agostinho Santa  
Ana Oliveira  
Jacinto Serrão  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria Manuela Tender  
Paula Baptista  
Rosa Arezes  
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Heloísa Apolónia  
Inês de Medeiros  
Maria da Conceição Caldeira